

Folha Florestal

Coordenadora: Marta Ribeiro Telles • Suplemento da Aflobei - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior.

Edição/ Design gráfico: RVJ - Editores, Lda.

**ECOPROGRESSO
E E.VALUE**

**Carbono
com Mercado
Garantido**

PÁGS. 2 , 4 E 5



**ENTREVISTA AO
PRESIDENTE DO INAG**

**Portugal é o
País da U.E.
mais bem
servido
de Água**

PÁG. 3

EXTENSITY

**Projecto Agro-
Florestal
inovador
promove
Biodiversidade**

PÁG. 9 A 11

SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE GARANTE

Portugal vai cumprir Quioto



EDITORIAL

Desde sempre, a floresta tem sido uma fonte imprescindível de produtos e subprodutos, que são consumidos ou utilizados por todos nós no dia a dia. No entanto, nos últimos anos tem-se vindo a compreender melhor a real dimensão dos espaços florestais, cuja importância ultrapassa o seu papel enquanto fornecedor de vários produtos de consumo. Cada vez mais, a floresta é também entendida numa perspectiva de prestadora de serviços essenciais, nomeadamente ambientais. A fixação de carbono promovida pela floresta, nos dias de hoje, é já aceite e compreendida pela sociedade como fundamental para o bem-estar de todos. A floresta tem, claramente, um papel decisivo na manutenção e preservação dos ecossistemas indispensáveis ao equilíbrio do planeta - um planeta cada vez mais poluído.

O equilíbrio é, portanto, essencial numa sociedade com estas características. E nesse aspecto, a floresta contribui através de todo um conjunto de funções ambientais, tais como a conservação da natureza, a defesa da biodiversidade, o combate às alterações climáticas, a manutenção da qualidade da água e do ciclo hidrológico, a melhoria da estrutura dos solos, a qualidade da paisagem e do ar que respiramos.

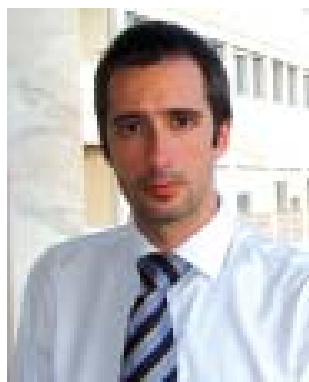
E no centro de todos estes benefícios públicos estão os proprietários florestais, detentores da esmagadora maioria do território florestal português. E são estes que, sendo os responsáveis pela gestão dos espaços agro-florestais, devem ser remunerados pelo serviço público que prestam, de modo a serem incentivados a explorar de uma forma sustentável todo o potencial ambiental das suas propriedades. Falta o reconhecimento oficial, pela Comunidade Europeia e Estado Português, dos serviços públicos prestados pela floresta. Afinal, trata-se de um património inesgotável de benefícios para todos nós e um investimento de gerações.

A Direcção



RICARDO MOITA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ECOPROGRESSO

Mercado do Carbono é uma realidade



O mercado de carbono já é uma realidade de assinalável relevo. Com o Protocolo de Quioto, vários países passaram a ter que controlar as suas emissões de gases com efeito de estufa.

Ricardo Moita é o presidente do conselho de administração da Ecoprogresso, uma empresa criada em 2002 e cujo negócio, pioneiro em Portugal, se centra nas alterações climáticas e na gestão de emissões de dióxido de carbono, tendo em vista a sustentabilidade ambiental. Os clientes desta empresa portuguesa são, muitas vezes, empresas que estão obrigadas, legalmente, a reduzir as suas emissões, recorrendo, para isso, ao comércio de licenças de emissão de carbono. Procurando aproveitar a oportunidade gerada por essa situação, ao serviço de consultadoria, a Ecoprogresso juntou o primeiro serviço de compra e venda de licenças de emissão português: o Ecotrade. Com este serviço, a Ecoprogresso tornou-se na primeira empresa portuguesa a registar-se na Powernext Carbon, a maior bolsa mundial de carbono.

Estamos no primeiro semestre de 2007. Como vê as hipóteses de Portugal cumprir as directrizes do Protocolo de Quioto?

Portugal vai ter que cumprir. Não existe outra alternativa. Por muito caro que possa ser, não existe qualquer espaço para o incumprimento de Portugal no

contexto europeu. Seria "catastrófico" um membro da União Europeia não cumprir o Protocolo de Quioto. A questão é que quanto mais tarde actuarmos e tomarmos medidas para reagir a uma obrigação deste género, mais difícil se torna transformar os obstáculos e barreiras em verdadeiras oportunidades. Isto é, o incumprimento julgo ser impossível, quanto ao facto de podermos tirar todos os benefícios que existem num mecanismo destes, penso que será difícil porque estamos a reagir um pouco tarde em alguns aspectos – não em todos.

Mercado de carbono e Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) são dois conceitos que se começam a tornar habituais. Mais especificamente, como funciona o mercado? Que actores intervêm nele?

Começando um pouco atrás. O Protocolo de Quioto obrigou os países a um certo tecto de emissões. De grosso modo, se olharmos para a economia dos países podemos considerar três grandes blocos que dão origem às emissões de gases com efeito de estufa. Temos o sector residencial e serviços, ou seja consumos inerentes a edifícios e à sua utilização que, com o aumento do nível de vida, têm vindo a aumentar. Há outro grande bloco que é o sector dos transportes, também extremamente difícil de controlar e de gerir. E, finalmente, temos um terceiro bloco que é o da indústria. Este é o panorama do Protocolo de Quioto, que permite que Estados comprem e vendam licenças entre si. O que a União Europeia fez foi transpor a responsabilidade das emissões da indústria para a própria indústria. Isto é, em vez de ser o Estado a gerir as emissões provenientes da indústria são elas as responsáveis pela sua gestão. Resumidamente, criou um mercado europeu entre as indústrias, o CELE, onde estão mais de 11 mil instalações. Os Estados impuseram então tectos de

emissão às indústrias, assentes na lógica de que a indústria sabe gerir melhor as emissões do que o Estado. Deste modo, o mercado funciona entre as diferentes instalações que trocam, compram e vendem licenças entre elas, tentando fazer aquilo que for mais eficiente em termos de redução de gases com efeito de estufa.

A Ecoprogresso, através do Ecotrade, tem-se movimentado no mercado de licenças de carbono. Que tipo de serviço é este?

O Ecotrade foi o serviço que a Ecoprogresso criou para actuar directamente no mercado de carbono, não só em termos de consultoria mas também ao nível da compra e venda de licenças. Este serviço surgiu porque alguns dos nossos clientes queriam comprar e vender licenças e queriam ter acesso a um mercado com preços competitivos e liquidez suficiente. O que a Ecoprogresso fez foi tornar-se membro da Powernext Carbon que, no fundo é a área da Euronext para o carbono e, desse modo, fazer o serviço de compra e venda de licenças para as indústrias, quando elas precisavam. Isto porque não faz sentido para uma empresa que faz três ou quatro transações por ano estar-se a registar numa bolsa, numa *plataforma de trade*, porque isso tem custos e requer um processo burocrático bastante moroso. Ao mesmo tempo não é o *core business* das empresas, as quais tipicamente não têm o *know-how* interno para actuar directamente no mercado. É sempre muito mais barato para uma empresa pagar a uma comissão do que estar a actuar de forma directa no mercado. Foi por isto que a Ecoprogresso criou o Ecotrade e se fez membro da Powernext Carbon. Até ao momento, somos os únicos portugueses a estarem registados nesta bolsa.

A que preços é negociado o carbono actualmente?

É um mercado muito volá-



til e que, quando comparado com outros mercados, tem muito pouca liquidez. É um mercado ainda embrionário e que tem todos os riscos inerentes a essa situação. O conselho que sempre damos aos nossos clientes que actuam no mercado de carbono por obrigação legal é que evitem correr riscos e que não entrem em especulações. Assim, se a empresa tem excesso e quer vender, nunca deve vender aquilo de que vai precisar amanhã na expectativa de que amanhã o preço vai baixar e poderá comprar; e o inverso também: se vai ter que comprar e a tesouraria o permite, deve ter muito cuidado e não especular, em particular quando a empresa tem obrigações legais.

Em termos de preço, para ter uma ideia, já houve dois grandes picos de mercado, em que o preço da tonelada de CO₂ atingiu os 30 euros mas actualmente as licenças de emissão estão a transaccionar perto dos 0.25 euros.

Em Abril de 2006 soube-se que havia um excesso de licenças no mercado e o preço baixou bastante. Foi o primeiro ano em que se cumpriu um ciclo inteiro deste processo. Do ponto de vista teórico, o preço neste momento das licenças de CO₂

que são válidas até ao fim de 2007 é zero euros. Isto porque existe um excesso e as licenças têm um tempo de vida.

A partir de 2008 vamos ter novas alocações e, provavelmente, esse excesso não existirá e o mercado voltará a funcionar normalmente. Os preços dos contratos de futuros para o próximo ano indicam-nos que as licenças de carbono estarão a transaccionar acima dos 20 euros. Veremos se assim acontece.

Mercado de Carbono

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) entrou em funcionamento a 1 de Janeiro de 2005 e abrange mais de 11 mil indústrias europeias a quem foram atribuídas licenças. Em 2006, nesse mercado foram transaccionadas 817 milhões de toneladas de carbono no valor de 16 mil milhões de euros. Durante o mesmo ano, Portugal transaccionou 900 mil toneladas no valor de 15 milhões de euros.



ORLANDO DE CASTRO BORGES, PRESIDENTE DO INAG - INSTITUTO DA ÁGUA

Portugal é o país da U.E. mais bem servido de água



Com o Verão no horizonte ganha importância a discussão à volta de um dos mais valiosos bens do nosso mundo: a água. Orlando Castro Borges é o presidente do INAG – Instituto da Água, organismo que em Portugal tem como missão executar as políticas de recursos hídricos. De acordo com o responsável, Portugal está preparado para enfrentar situações de falta de água com relativa segurança. O trabalho desenvolvido em Portugal, principalmente após as fragilidades reveladas durante o período de seca de 2005, dão garantias de que, mesmo em situações excepcionais de seca, é possível assegurar o consumo e o abastecimento público de água.

A agricultura é o sector que mais água consome, com um valor na ordem dos 87% do total de água utilizada no país. Para diminuir este número, o Governo apresentou o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) que se propõe a aumentar a eficiência do consumo de água na agricultura em 5%, nos próximos 10 anos.

É constantemente referida a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável de um país. Portugal está bem servido desses recursos?

Está. Portugal está muito bem servido do ponto de vista dos recursos hídricos. Dentro da União Europeia, em função dos caudais e da precipitação distribuída pelo espaço territorial ou pela capitação, Portugal é o país que mais razão tem para se con-

siderar bem servido de água. A questão que se coloca é que os valores associados à precipitação tendem a ocorrer numa parte específica do território e tendem a ocorrer em situações temporais muito concentradas. Ou seja, embora se verifique que Portugal possui uma grande disponibilidade em termos de recursos hídricos, salienta-se que 80% ocorre nos meses de Inverno e, dentro dessas ocorrências, grande parte é no norte do país. A situação implica, com certeza, que para se fazer o aproveitamento dessa disponibilidade e desses recursos, seja necessário construir infra-estruturas hidráulicas.

A questão do abastecimento público é uma das questões de maior relevância neste domínio. Existe o risco de se acentuarem os problemas de falta de água que se verificaram em anteriores verões?

O ano de 2005, um ano de seca, serviu para chegarmos à conclusão de que ainda temos muitas dificuldades não só em prever situações excepcionais que possam ocorrer, nomeadamente de seca, como serviu também para nos darmos conta de que em algumas situações não estamos suficientemente preparados para reagir. Em particular no que se refere à questão de termos completamente garantidos todos os sistemas de abastecimento. A verdade é que estes períodos de seca vão acontecendo com uma maior frequência. Contudo, eles acabam por se deparar com todo um trabalho que está a ser feito, fundamentalmente pelas autarquias ou pelos grandes sistemas das águas de Portugal. Estes, ao serem concretizados, cada vez mais, garantem que mesmo em situações excepcionais de seca, o consumo e o abastecimento público possam ser garantidos.

Em 2005 tivemos situações pontuais que abrigaram a medi-

das excepcionais e a algumas restrições, mas a verdade é que se essa situação de seca tivesse ocorrido dez ou vinte anos antes, a situação teria sido perfeitamente dramática. Isto é, os anos de seca vão continuar a acontecer, mas a possibilidade haver situações de risco para o abastecimento vão sendo menores.

Com o aumentar da consciência ambiental, existem preocupações de sustentabilidade ambiental na gestão da água?

Neste momento não temos alternativa. A Directiva-Quadro da Água (Nota: Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água) tem como grande diferença relativamente a anteriores instrumentos de política dos recursos hídricos fazer com que os objectivos ambientais sejam centrais em relação a toda a intervenção num curso de água. O objectivo é fazer a recuperação de massas de água que não têm essa base e, nas que a têm, ter objectivos cada vez mais ambiciosos. É importante que os cursos de água, para além da função económica ou hidráulica, tenham também asseguradas as componentes social e ambiental. A sustentabilidade ambiental é a questão central da directiva e da Lei da Água e, por esse motivo, de toda a intervenção das entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.

A água é sem dúvida um dos bens mais valiosos no XXI. O negócio da água é muito apetecível?

Sem dúvida. O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) estima que à volta da procura, nas questões relevantes e directas, a água envolve um custo global de produção para a sociedade de cerca de 2 mil milhões de euros por ano. Este valor representa aproxima-



damente 1,6 % do Produto Interno Bruto português. Estamos, portanto, a falar de verbas muito avultadas. Claro que, depois há que separar as questões relacionadas com o ponto de vista económico, dos valores dos investimentos decorrentes da utilização da água.

Temos ainda outro componente, que tem vindo a ganhar grande importância, e que tem a ver com os serviços: assistência, manutenção, formação e tudo o que possa ter a ver com a utilização da água. Numa situação e na outra, o mercado está progressivamente mais relevante e por isso está, francamente, sujeito a um conjunto de pressões e de abordagens que estão cada vez mais na ordem do dia.

Água e Agricultura

A agricultura, nomeadamente a de regadio, é a actividade que mais água consome em Portugal, com mais de 80% do consumo. Justifica-se o volume de água gasto por essa actividade?

A agricultura, efectivamente, consome cerca de 87% da água, sendo que outros sectores como a indústria e o abastecimento público têm valores muito menores. O consumo não se justifica. De acordo com dados que temos, neste momento, o consumo útil na agricultura anda na ordem dos 3.800 milhões de metros cúbicos de água / ano, mas a procura efectiva anda na ordem dos 6.000 ou 6.500 milhões de metros cúbicos. Isso significa que há um desperdício, sendo a eficiência de cerca de 60%. Ou seja, 40% são situações que decorrem de perdas ou fugas nos sistemas. Efectivamente, isto não é, do ponto de vista do volume, uma situação que esteja correcta. Por isso, há que melhorar e o Programa Nacional para o Uso Eficiente da

Água (PNUEA) propõe metas para que essa eficiência seja atingida nos próximos 10 anos.

E como será possível tornar mais eficiente o consumo de água na agricultura?

Embora não só nessa actividade, o PNUEA determina que nos próximos 10 anos possa haver um aumento de eficiência na ordem dos 5% na agricultura. Parece pouco, mas é extremamente ambicioso, porque 5% no volume total de água tem alguma expressão.

No entanto, nós temos de verificar que apesar de na agricultura os volumes de eficiência serem muito baixos, a verdade é que caso analisemos apenas a componente económica – leia-se: os custos associados às perdas de água –, nós percebemos que a esse nível o valor é superior nos sistemas de abastecimento de água para consumo humano. Portanto, se estivermos a falar em volume de total de água a taxa de eficiência na agricultura é de cerca de 60%; se estivermos a falar em termos de custos associados a essa perda de água, esse valor reduz-se para 40%.

Por tudo isto, há não só um volume substancial de água que tem que ser utilizado de uma forma eficiente, como há também custos económicos que têm que ser minimizados nos casos dos sectores industrial e de abastecimento público. As nossas metas no caso da agricultura apontam para 65% de eficiência porque percebemos que, do ponto de vista das tecnologias, das práticas e até da sensibilidade dos utilizadores de água há necessidade de se percorrer um caminho lento. E mais: em alguns sistemas de regadio, para se obter uma elevada eficiência, é necessário fazer investimentos que em termos de custo/ benefício não são comportáveis.



SANDRA MARTINHO, E. VALUE CARBONO ZERO

Mercado voluntário de carbono é a nova realidade empresarial



A E.Value movimenta-se numa área de negócio em crescimento em Portugal. Tem como área privilegiada de negócio a economia do carbono. Movimenta-se nos mercados regulados, como o Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), mas também nos mercados voluntários, através da marca CarbonoZero. Sandra Martinho, directora da E.Value destaca sobretudo a eficiência energética e a responsabilidade ambiental como duas realidades com as quais as empresas e a sociedade em geral terão que saber valorizar.

O que significa ser CarbonoZero?

Ser CarbonoZero significa, em primeiro lugar, conhecer o quantitativo de emissões de carbono, ou "pegada de carbono", quer seja no caso de uma entidade ou de um cidadão. Em seguida, significa perceber como reduzir essas emissões. E, em terceiro lugar, compensar as emissões inevitáveis. É esta a tónica que nós tentamos sublinhar, que não é uma solução de fim de linha, de compensação das emissões, é antes um processo que culmina na compensação das emissões inevitáveis, aquelas que não se conseguem reduzir. E, naturalmente, comunicar a acção.

O projecto CarbonoZero ao actuar no mercado voluntário de emissões de CO₂ não contribui directamente para fazer face às quotas de Portugal no Protocolo de Quioto. Neste caso, trabalha-se mais com o

conceito de responsabilidade ambiental?

Trabalha-se muito com o conceito de responsabilidade ambiental, mas trabalha-se acima de tudo com o conceito de eficiência. Ou seja, o CarbonoZero, ao pretender assumir-se como um processo para reduzir emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) - o que significa reduzir o consumo e a intensidade de energia fóssil - vai sempre dar primazia à eficiência energética e à eficiência ao nível das emissões. Depois, existe a componente de compensação. Para além dos ganhos da eficiência económica, o que se capitaliza é sobretudo uma imagem de responsabilidade corporativa, ambiental e social. No entanto, os próprios projectos de compensação de emissões, pela sua natureza intrínseca e pelo facto de os mesmos ocorrerem em Portugal, com floresta nacional, acabam também por contribuir para o cumprimento do Protocolo de Quioto - mesmo sendo este um instrumento voluntário. Isto porque o cumprimento nacional afere-se a partir do balanço líquido das emissões de gases com efeito de estufa, o que significa ter também em consideração os sumidouros de carbono.

Ao trabalharmos com projectos de compensação de emissões, que são projectos florestais localizados em Portugal, indirectamente, acabamos por estar a contribuir - enfim, é um pequeno contributo - para que Portugal cumpra o Protocolo de Quioto.

Qual é o papel da floresta na economia do carbono?

A floresta desempenha um papel muito relevante em termos de economia do carbono. Não só pelo facto de se contabilizar o seu sequestro de carbono para efeitos de



apuramento do balanço líquido de emissões sob Quioto, mas também porque existe uma série de outros serviços ou subprodutos que, indirectamente, são integrados na designada economia do carbono. Por exemplo, a utilização de biomassa para substituição de combustíveis fósseis na produção de electricidade - mais um *input* que ajuda à descarbonização da economia nacional.

Considera que existe espaço para uma remuneração dos proprietários florestais a partir de fundos públicos em virtude da prestação destes serviços?

No caso da produção de energia eléctrica a partir de biomassa, esse enquadramento já existe e, como tal, já há uma remuneração objectiva desse subproduto da floresta. No caso do sequestro de carbono, esse serviço é uma externalidade ambiental positiva. Não obstante, este serviço é uma mais valia directa e clara para a economia, no âmbito das contas de Quioto. Assim, não me parece inadequada a existência de um

enquadramento que permita remunerar os proprietários florestais: para que optimizem o serviço de sequestro de carbono e, eventualmente, para dinamizar a fileira de produtos da madeira. Tal, poderá constituir um veículo para uma gestão activa, mais eficiente e profissional do espaço florestal. Agora, enquanto persistir uma série de problemas estruturais da floresta portuguesa e enquanto ela continuar a arder como arde, é um investimento de risco. Ou seja, é necessária alguma ponderação nos incentivos e no enquadramento que se lhes dá. Intrinsecamente, eles são bons e devem existir. Mas, para que não configure um investimento de risco para o próprio país - e no âmbito do Protocolo de Quioto - é necessário acomodar um conjunto de aspectos, nomeadamente o perfil de gestão dos povoamentos florestais.

As propriedades florestais que participam no projecto CarbonoZero são obrigadas a obedecer a um conjunto de regras. O que distingue essas florestas das demais?

São florestas que têm uma gestão activa e profissional. Nós mantemos contratos com os proprietários florestais a 30 anos - período durante o qual os proprietários se obrigam a implementar um plano de gestão florestal, que vai para além do cumprimento dos requisitos legais, optimizando o serviço de sequestro de carbono. Trata-se de uma floresta que é constituída maioritariamente por espécies indígenas e, portanto, está particularmente adequada às condições nacionais. Uma floresta que é menos vulnerável aos incêndios - o que é essencial para a gestão do nosso risco financeiro - e que está sujeita a uma monitorização periódica, quinquenal, do sequestro de carbono. Em última análise, o que as distingue é ter um serviço que é objectivamente remunerado em termos financeiros, através do produto CarbonoZero.

Consegue quantificar o número de toneladas de CO₂ sequestrado pela floresta sob controlo da CarbonoZero?

Neste momento, estamos numa fase de expansão e, nes-





se sentido, procuramos novas áreas a nível nacional. Temos cerca de 120 hectares e aproximadamente 9 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente.

É possível caracterizar o tipo de empresa que recorre aos serviços da E.Value e pretender ser CarbonoZero?

São das mais diversas. Desde a área de serviços, comunicação, entre outras. Nós próprios, no dia a dia, surpreendemo-nos com o leque de empresas que nos surgem. Pode dizer-se que, neste momento, não há um padrão-tipo de empresas. Os contextos para operar o CarbonoZero também são diversos. Há abordagens mais corporativas e outras mais atomizadas. Por exemplo, pode tratar-se de uma empresa que está a organizar um determinado evento e pretende compensar as emissões associadas a esse evento. Em termos de padrão, duvido que alguém da equipa CarbonoZero tenha pressuposto um universo de solicitações tão heterogéneo.

E depois como é feito o serviço da empresa? Como se procede à quantificação das emissões para compensação?

Se o cliente não sabe qual é a sua "pegada carbónica", a CarbonoZero calcula as emissões de gases com efeitos de estufa. É um trabalho de consultoria, mas é o princípio do processo. Muitas vezes, até começamos a montante, na caracterização do perfil de consumo energético do cliente. Depois, para o cálculo das emissões utilizamos a metodologia do GHG Protocol [The Greenhouse Gas Protocol]. Portanto, não reinventamos a roda: em qualquer aspecto da nossa actividade utilizamos as melhores metodologias, o *standard* recomendado. Esta é a primeira fase do trabalho.

A segunda fase é procurar formas de reduzir as emissões, quando isso é possível.

De seguida, passamos à compensação das emissões. Fazemos todos os cálculos associados ao sequestro de carbono nas nossas áreas florestais, utilizando as melhores metodologias e ferramentas de simulação.

Todo este processo, os



Alterações Climáticas

É seguro estabelecer uma relação entre alguns fenómenos extremos que se têm verificado em Portugal e no mundo – como cheias e secas – e os distúrbios climáticos provocados pela acção humana no planeta?

Sim, é possível. Existe uma série de estudos científicos que assim o revelam. Uma das fontes de informação mais relevantes é o 4º Relatório do Painel Inter-Governamental sobre Alterações Climáticas, lançado a 2 de Fevereiro deste ano. Este relatório, refere que o número de ciclones tropicais no Atlântico Norte tem vindo a aumentar desde 1970 e é, nitidamente, um fenómeno que está relacionado com o aumento da temperatura da superfície do mar. O que se verifica é que, desde essa data – 1970 –, áreas cada vez mais extensas têm vindo a sofrer secas mais intensas e prolongadas, principalmente nas zonas dos trópicos e dos sub-trópicos.

Também é de salientar o quão relevante foi o ano de 2005. Nesse ano, atingiu-se um número recorde de furacões, cada vez mais destrutivos, o que veio a

confirmar um estudo que já tinha sido veiculado pela revista Nature. Nesse estudo dizia-se que seriam expectáveis furacões com maior frequência, maior intensidade e mais devastadores, provocando maior destruição e custos económicos cada vez mais avultados. A verdade é que, em 2005, todos nos lembramos de alguns furacões, como o Katrina, e foi um ano em que se registou um número recorde de perdas económicas. A Swiss Reinsurance Company reportou 186 biliões de euros de perdas seguradas. Definitivamente, há um conjunto de evidências científicas que associam as grandes catástrofes às alterações climáticas.

Têm surgido várias empresas associadas ao fenómeno das alterações climáticas. É o exemplo da E.Value e do CarbonoZero, que procuram anular os efeitos das actividades das empresas e cidadãos no clima. Estas empresas ainda vêm a tempo de contribuir decisivamente para um minorar dos efeitos do aquecimento global?

Estas empresas tentam dar um contributo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e, com isso, desenvolver uma acção positiva pelo clima. Mas é um contributo modesto. O grande contributo está na mão de todos nós. E temos que perceber que este não é um problema apenas da indústria, mas também dos cidadãos. A indústria, naturalmente, emite gases com efeito de estufa e já existem instrumentos para controlar as suas emissões. No entanto, não nos podemos esquecer do crescimento das emissões associadas ao sector dos transportes e aos edifícios. E quando falamos de edifícios, referimo-nos ao sector residencial e aos serviços. Ou seja, todos nós enquanto cidadãos, em casa e no trabalho, temos um papel importante, com as nossas opções de mobilidade e de consumo. O CarbonoZero tenta dar um contributo positivo, mas é uma das peças de um puzzle muito complexo e em que a responsabilidade é da actividade produtiva, mas também dos cidadãos.

nossos procedimentos, as transacções financeiras que efectuamos, são auditados, desde a primeira hora, por uma entidade externa independente.

Em termos económicos é motivador para as empresas?

Eu acredito que se não existir ganho financeiro para as empresas, elas não se movem para fazer coisa alguma. A questão é como se quantificam esses ganhos. Muitas vezes é surpreendente, também para as empresas, perceber os potenciais benefícios em termos de eficiência energética: isto é, a forma como acções tão simples podem reduzir os seus consumos de energia. E isso é um ganho financeiro objectivo.

Naturalmente, muitas vezes, as empresas vão para além destes ganhos e compensam as suas emissões, as quais são emissões inevitáveis. Se o fazem é porque capitalizam essa acção em termos de imagem e no mercado. Calculo que qualquer empresa que faça as suas contas queira remunerar o investimento que está a fazer. Isto no sentido lato do termo, pois muitas vezes o investimento não se traduz em *cash-ins* a muito curto prazo. Aliás, as grandes marcas mundiais alinham deste perfil de comportamento voluntário que estamos aqui a descrever. Podem ter um ganho financeiro no imediato, via redução da factura energética, mas também o têm em termos de imagem corporativa junto dos seus *stakeholders* internos e externos, naturalmente a médio prazo.

Já existem empresas que aderindo ao CarbonoZero incorporam os custos da compensação das emissões nos produtos ou serviços que comercializam. Isso vai ser inevitável?

Pode ser inevitável. Actualmente, as empresas que aderem ao CarbonoZero têm, acima de tudo, integrado os custos da compensação nas suas margens. Ou seja, não os têm transferido para o consumidor final. Pode acontecer que elas venham a fazê-lo, num mercado um pouco mais sofisticado. Neste momento, o compromisso CarbonoZero tem sido assumido como uma responsabilidade exclusiva da empresa



HUMBERTO ROSA, SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE

Portugal vai cumprir o Protocolo de Quioto

Humberto Rosa, Secretário de Estado do Ambiente, afirma que Portugal tem uma missão especialmente desafiante no contexto do Protocolo de Quioto. O facto de o país ter-se desenvolvido muito a partir de 1990, o ano a partir do qual se mede quanto se pode emitir, tornou muito difícil não se ultrapassarem as metas definidas na altura, consideravelmente baixas. No entanto, para Humberto Rosa, essa situação representa também que hoje Portugal está mais próximo do nível de conforto do resto da Europa.

Contudo, o Secretário de Estado do Ambiente tem uma certeza: Portugal vai cumprir Quioto. Para isso, o país irá servir-se do leque de opções que podem ser incluídas no Plano Nacional para as Alterações Climáticas, no qual se destacam os mecanismos de flexibilidade de Quioto, que representam as alternativas para a obtenção de créditos de emissão de gases com efeitos de estufa. O Fundo de Carbono Português será o instrumento do Estado para financiar projectos, quer em Portugal quer no estrangeiro, que contribuam o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto para as alterações climáticas.

Alterações Climáticas

As Alterações Climáticas deverão ser uma prioridade na próxima presidência portuguesa na União Europeia. É a localização geográfica de Portugal que torna o país num dos estados mais interessados em combater este problema?

Não é só isso. Mas podemos também ver nessa óptica. No contexto europeu está diagnosticado que os países do sul serão mais afectados pelos efeitos – em certa medida já



inevitáveis – das alterações climáticas. Eu diria que Portugal tem nesse sentido um benefício próprio em contribuir para o combate às alterações climáticas.

Por outro lado, dentro dos países desenvolvidos que têm metas para Quioto – reduzir as emissões de gases com efeito de estufa – somos daqueles que têm um desafio particularmente relevante pela frente. Já somos desenvolvidos, mas partimos de um ano base (1990, o ano a partir do qual se mede quanto podemos emitir) em que emitíamos muito pouco, fruto do nosso desenvolvimento relativamente baixo no contexto dos países desenvolvidos. Digamos que temos uma missão de charneira entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, que é relevante.

Mas, actualmente, Portugal enfrenta uma situação completamente diferente daquela em 1990...

É muito diferente. O nosso desenvolvimento avançou muito e é por isso mesmo que quando olhamos para as nossas emissões constatamos que

elas já estão bastante acima do aumento que era permitido à luz do Protocolo de Quioto. Nós podíamos aumentar 27% relativamente ao ano base e, em 2004, estávamos perto dos 40%. Isso não nos deve surpreender porque quer dizer que temos tido mais conforto nas nossas casas, mais aquecimento e outras coisas que não tínhamos antes. Os valores podem fazer parecer que Portugal está a poluir imenso e a crescer muito, mas não é bem assim. Se convertermos os valores em quantidade de carbono por habitante, veremos que a nossa meta é das mais baixas na União Europeia – pelo menos na Europa a 15. Ou seja, o nosso desafio de Quioto é exigente e isso coloca-nos numa situação especial e estimulante relativamente às alterações climáticas.

Referiu a inevitabilidade de alguns efeitos das alterações climáticas. Em Portugal já são visíveis esses efeitos?

Para ser honesto, nós não podemos dizer, quando verificamos certos fenómenos, que sabemos que eles resultam das alterações climáticas. Nós

não sabemos. O que existe é uma coincidência entre certos fenómenos e aqueles que estão diagnosticados como indo tornando-se mais frequentes: secas, cheias, fogos florestais, erosão costeira, vagas de calor. Tudo isto, nós conhecemos. E sabemos que as alterações climáticas se arriscam a tornar a situação mais frequente na nossa região geográfica. Portanto, quando combatemos estes efeitos – e todos eles fazem parte, de alguma maneira, de política de ambiente e de ordenamento – estamos a pré-adaptarmo-nos a um mundo em que haverá algum grau de alterações climáticas. Estas serão tanto menos quanto o possível, em função da nossa capacidade de reduzir emissões.

O sector da indústria é um dos principais responsáveis pela emissão de Gases com Efeito de Estufa. Sente resistência das indústrias em aderir a estratégias de sustentabilidade ambiental? O estímulo à diminuição de emissões de GEE não poderá prejudicar o crescimento económico das indústrias?

Na verdade, não. Não sinto essa resistência do sector da indústria. Este sector, juntamente com o energético, é responsável por uma boa quota-parte de emissões, mas não é o que mais tem crescido. Se olharmos para sectores como o dos transportes, o crescimento de emissões tem sido muito maior. E por outro lado, há duas razões pelas quais me parece que entra facilmente na lógica empresarial ver o ambiente como um factor de estímulo à inovação e à competitividade. Ou pelo menos melhora, à medida que o tempo passa.

O que dizemos hoje às indústrias que estão no chamado Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)? Os senhores têm aqui estas licenças para emitirem gases com efeito de estufa. Se emitirem mais vão ter que comprar outras e ter que gastar dinheiro, mas se emitirem menos vão poder vender. Ora, como é que se obtém ganho? Se me tornar mais eficiente no meu método produtivo, se encontrar um combustível alternativo, se gastar menos energia não só poupo no custo dessa energia, como ainda tenho licenças para vender. Portanto, há uma lógica económica já envolvida no sector da indústria e da energia que estão CELE. Assim, não encontro nos interlocutores do sector industrial uma incompreensão para com a lógica de Quioto: induz dificuldades, é certo, mas pode induzir oportunidades económicas.

O recurso a "energias verdes" é uma das medidas mais incentivadas para fazer face às alterações climáticas. Que avaliação faz da evolução de Portugal no domínio das energias alternativas?

Em Portugal temos muito o hábito de só ver as coisas



menos positivas do país. Aqueles que são positivas devemos ver com atenção. E se há algo em que Portugal pode pedir meças actualmente é no campo das energias renováveis. Basta reparar no seguinte: o Conselho Europeu tomou medidas, a meu ver, revolucionárias e avançadas em termos de energias renováveis e de biocombustíveis. Pretende-se 20% de energias renováveis até 2020; 10% de biocombustíveis até 2020; 20% de eficiência energética até 2020, etc.

Ora, Portugal já tinha definido que para a produção de energia eléctrica teríamos 39% de produção em 2010. O compromisso português era ambicioso. O primeiro-ministro anunciou recentemente que ele será maior ainda: teremos 45% de produção eléctrica de fonte renovável em 2010 e antecipamos em dez anos a meta comunitária nos biocombustíveis. Ou seja, Portugal vai ter 10% de incorporação de biocombustíveis dez anos mais cedo do que a data que a União Europeia decidiu, que foi 2010.

Estes dois indicadores juntam-se a um pacote de medidas que o primeiro-ministro anunciou em Janeiro e a um diploma de estímulo às renováveis, ao seu licenciamento e ao tarifário que é pago para as estimular. Esta situação faz-nos estar, seguramente, no pelotão da frente da "energia verde" na Europa.

Para se tentar atingir esses números, tem-se procurado diversificar as fontes de energia renovável em Portugal, por exemplo através da criação de várias centrais de produção de energia com recurso a biomassa florestal. Tem confiança no sucesso desta fonte de energia em Portugal?

Há toda uma lógica que dita que faz sentido que, em vez de se perder a energia da biomassa em incêndios florestais – e não falo das árvores, mas sim do mato e sub-bosque – faz sentido usarmos a energia capturada na biomassa para a fazer render onde adequado, numa central de biomassa. Tanto mais que, quando produzimos gases com efeito de estufa a partir de biomassa, eles não contam



Governo privilegia bioetanol

O Ministério da Agricultura anunciou que será publicada, ainda em Junho, uma portaria que define os benefícios fiscais a atribuir à produção de biocombustíveis. O objectivo é ajudar Portugal a atingir a meta imposta pela Comissão Europeia de 10% de

incorporação de biocombustíveis nos transportes até 2010.

De acordo com fontes do Ministério da Agricultura, tudo indica que, em termos de isenção fiscal, o bioetanol será beneficiado em detrimento do biodiesel, por se considerar que

Portugal tem maiores potencialidades para a produção de bioetanol.

A portaria irá ainda criar mecanismos de valorização das matérias-primas nacionais e fixar metas concretas para cada um dos biocombustíveis.

para Quioto. Como vêm de plantas, assume-se que retornaram a elas na próxima geração de plantas, no próximo ano.

Dito isto, apesar de tudo, há algumas cautelas que temos que ter. Parece-me completamente inadequado, por exemplo, fazer floresta para queimar. A floresta em si tem um potencial de mais valia económica muito superior à sua simples conversão em energia.

Em todo o caso, há outra vertente importante. Seria uma catástrofe ecológica, porventura, recolhermos todo o mato do país, para o queimar em centrais de biomassa. Tudo aquilo que é regeneração natural da floresta, a recuperação que se vai verificando de algumas espécies, a biodiversidade, podiam levar uma grande machadada. Portanto, na minha opinião, há um lugar para pequenas centrais,

disseminadas em locais estratégicos do território, para gerar um fluxo económico que dê lógica a quem queira e possa montar um negócio de recolha de biomassa. Não é a panaceia universal, mas sim um contributo. Outra boa solução é usar a biomassa como combustível alternativo para centrais de combustão pré-existent.

Acredita que Portugal vai conseguir cumprir as metas do Protocolo de Quioto? O país irá ter que recorrer à compra de créditos de emissão para o conseguir?

O Protocolo de Quioto tem várias formas de ser cumprido e, uma delas chama-se mecanismo de flexibilidade de Quioto, que inclui a possibilidade, por exemplo, de se obterem créditos de redução de emissões de formas diversas. Uma dessas formas é negociar com um país que não tem

objectivos de reduzir emissões, fazer lá um projecto e pagar. Assim, eu reduzo as emissões nesse país e essas reduções contam a meu favor. Isto é um mecanismo de flexibilidade de Quioto e é sinónimo de cumprir Quioto. Portanto, de uma coisa tenho a certeza absoluta: Portugal vai cumprir Quioto. E vai cumprir com todo o leque de opções de que dispõe. O ideal era conseguirmos cumprir inteiramente com as chamadas medidas internas: medidas de política de transportes, de edifícios, de energia... Mas o que sabemos hoje é que não conseguimos cumprir o protocolo só com estas medidas. Todas as medidas que conseguimos incluir no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) reforçado que fizemos, não nos impedem de ter um deficit de carbono. Por isso, com toda a legitimidade, vamos colmatar esse deficit com o grau de li-

cenças de emissão que damos às unidades industriais e eléctrico-produtoras que estão no comércio de emissões e recorrendo aos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto.

Já é possível fazer um balanço provisório do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão I (PNALE I), que compreende o período de 2005-2007 e dos primeiros anos do Comércio de Licenças de Emissões na Europa (CELE)?

É um balanço que não é completo, pois 2007 ainda está em curso. Mas para o primeiro ano já avaliado, 2005, é claro que na Europa – incluindo em Portugal – foram dadas licenças a mais. Os Governos foram generosos na atribuição de licenças às unidades industriais, o que fez com que, na generalidade dos anos, sobrassem licenças. Isso teve um efeito negativo e o Mercado de Carbono caiu, pois, como qualquer mercado, é muito sensível à maior ou menor abundância do bem em causa. E assim, a tonelada de carbono neste primeiro período passou a valer muito pouco.

A primeira lição a tirar do PNALE I, desse período inicial, é que para o período a doer, o de Quioto, as licenças têm que ser mais restritas.

O PNALE II (2008-2012) foi já enviado para a Comissão Europeia. Estão previstas alterações estratégicas significativas no PNALE II (2008-2012)?

Estão, porque o primeiro-ministro, em Janeiro, anunciou um pacote de medidas no sector da energia e das alterações climáticas, sendo que parte delas tem uma influência directa no próprio sector industrial e electroprodutor. Quando falamos de reforço das renováveis de 39% para 45% em 2010; ou quando falamos de até 5% do carvão ser substituído por biomassa, nas centrais termoeléctricas, isto reduz as emissões previstas para o sector do comércio de licenças de emissão, e implica necessariamente uma actualização do PNAC e do PNALE.

Que montante existe no





Fundo de Carbono português?

De momento, estão lá 3 milhões de euros. Já lá estiveram 6 milhões de euros, correspondentes à verba prevista para 2006. Dessa verba foram usados 3 milhões para investimento privado no único fundo português de carbono. Prevemos que, com as verbas que este ano serão geradas para o fundo de carbono, vamos fazer um investimento no fundo do Banco Mundial. Para além disso, por ventura, iremos abrir também propostas para que nos sejam apresentados projectos de mecanismos de flexibilidade que nos dêem um bom preço por tonelada de carbono.

Parte dos fundos serão utilizados em projectos inseridos no âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, realizados em países estrangeiros. Haverá neste caso uma maior apetência por países de língua oficial portuguesa?

É nosso objectivo expresso e assumido favorecer países de língua oficial portuguesa. Nomeadamente, gostaríamos muito que os países africanos também viessem a receber Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, porque está a diagnosticado a nível internacional que têm recebido muito pouco dos projectos já concretizados até hoje. Em todo o caso, não está só nas nossas mãos. Por um lado, é necessário que esses países tenham já rectificado o Protocolo de Quioto, o que já aconteceu em alguns casos e em outros ainda está em curso; e também é preciso desenvolverem a capacitação própria de aceitação e avaliação de projectos de desenvolvimento limpo. Mas estamos a cooperar numa rede que criámos com os países lusófonos, a Rede Lusófona para as Alterações Climáticas, que visa encontrar boas potencialidades de investimento. O Brasil já tem um esquema montado e bem oleado para receber projectos, por isso é bem natural que seja um parceiro privilegiado para nós também.

Em diversas intervenções públicas, tem demonstrado vontade de apostar em projectos de sequestro de carbono



realizados em Portugal. O país optou por três sumidouros de carbono opcionais (gestão agrícola, de pastagens e florestal). Projectos nacionais neste âmbito terão primazia sobre projectos no estrangeiro?

Conceptualmente, preferiríamos, evidentemente, usar o Fundo de Carbono – e o seu regulamento assim o permite – em projectos nacionais. Dito isto, tudo aquilo que são actividades como os sumidouros de gestão agrícola, de pastagens e florestal são candidatos teóricos desde logo. Como outros possíveis candidatos: imaginemos que havia medidas inovadoras, de energias renováveis, transportes, ou outros, que não estivessem ainda no PNAC, que exigissem investimento. Estas medidas poderiam, à priori ser financiadas pelo Fundo Português de Carbono.

Mas há um alerta relevante que deixo: o Fundo Português de Carbono existe para ajudar Portugal a cumprir Quioto ao melhor preço. Não é só para gastar dinheiro numa tonelada de carbono muito cara. Portanto, são precisas duas coisas. Por um lado, que a boa gestão destes sumidouros dê um bom preço por tonelada, que seja competitivo com o preço por tonelada dos investimentos lá fora. E, por outro lado, é preciso desenvolver uma actividade muito rigorosa e exigente de monitorização do que fazemos com os nossos solos, pastagens,

gestão agrícola e florestal, a qual é indispensável para podermos até validar esses projectos. Se estivessemos a financiar projectos sem impacto nos nossos inventários de gases com efeito de estufa, então não nos serviriam para nada em termos de Protocolo de Quioto. Faça estas duas salvaguardas porque é mais fácil dizer teoricamente do que estarmos já perante uma hipótese concreta de financiar um projecto nacional.

Com a criação do Fundo de Carbono e o aumento de consciencialização da sociedade para os problemas ambientais, existem perspectivas de os agricultores e produtores florestais virem a ser remunerados pelos serviços de sustentabilidade ambiental prestados?

Considero que está diagnosticado há muito tempo, até à margem do carbono, que as sociedades, pelo menos na nossa zona europeia, vão estando menos disponíveis para subsidiar a produção agrícola e florestal enquanto produção – não estou a dizer se fazem bem ou não. E vão estando mais disponíveis para financiar a produção agrícola e florestal por outros serviços que prestam, nomeadamente, serviços ambientais: a manutenção da paisagem, a conservação da natureza e biodiversidade, etc. Logo, esse potencial já existe e é até a lógica que nos diz que deve

ser o financiamento do desenvolvimento rural a financiar também actividades de conservação, visto que se entende que são uma mais valia para o agricultor. Pode permitir a certos agricultores continuar no mercado – digamos assim – por outro serviço que antes não prestavam. O que agora se diviso é que há ainda uma terceira via adicional, também ambiental. É a dos serviços de captura de carbono que a actividade agrícola, florestal ou pastorícia bem conduzidas podem prestar. Com essa perspectiva toda a gente concorda. Falta agora concretizar.

Então acredita que poderá haver uma evolução significativa nos objectivos destes produtores florestais e agrícolas?

Acredito que pode haver porque há ganhos múltiplos. Dou um exemplo com que contactei: há certas pastagens que têm maior biodiversidade, mais alimento para o gado e capturam mais carbono do que uma pastagem simples. Portanto, ainda não está inteiramente garantido que a remuneração pelo carbono venha acontecer. Mas se há vários tipos de hipóteses e se há outros ganhos, faz todo o sentido que o produtor vá investindo em vias alternativas já com a mira na possibilidade de surgirem estas fontes adicionais para

remunerar a biodiversidade e o carbono.

Falando agora do sector dos transportes. Com o incentivo à utilização de biocombustíveis e sabendo-se da criação de grandes projectos neste sector, é de esperar uma aposta mais forte na produção nacional de matéria-prima para biocombustíveis? Teremos de importar essa matéria-prima?

Eu estou convencido de que há uma dimensão de importação incontornável, tanto mais que fomos ambiciosos na meta de incorporação de 10% de biocombustíveis até 2010. É uma meta exigente e difícil. Portanto, a importação parece-me incontornável. Agora, obviamente, temos toda a vantagem em fazer biocombustíveis a partir de produção nacional. Há, então, um nicho, uma oportunidade para a nossa agricultura que é de agarrar e que pode, sem dúvida, desenvolver-se.

Em jeito de conclusão, o novo Quadro Comunitário de Apoio traz algumas novidades no sector do ambiente?

Sim. O ambiente é uma vertente muito considerada em vários campos. Talvez as que mereçam algum destaque sejam as águas e resíduos. Águas porque já fizemos muito em termos de águas, como verificámos pela forma relativamente airosa como suportámos a pior seca do século. Mas, no campo, por exemplo, do tratamento de águas já há muito a fazer no chamado “sector em baixa”: a ligação das casas às ETARs [Estações de Tratamento de Águas Residuais]. Aí há uma grande parcela de financiamento virada para esse efeito. Nos resíduos estamos a apostar numa nova fase de política de resíduos que já não é só propriamente fazer aterro, encher aterro e fechar aterro. É, isso sim, valorizar o resíduo, reciclá-lo mais, usá-lo como combustível alternativo. É acarinhar o aterro, levando para lá o mínimo possível, desviando matéria orgânica de aterro. Estes são exemplos de matéria ambiental que está no QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional). Há, contudo, muitas mais matérias ambientais que estão no QREN, como a protecção costeira ou a política de cidade.





TIAGO DOMINGOS, GESTOR DO PROJECTO EXTENSITY – SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA EXTENSIVA

Projecto agrícola português promove retenção de carbono

project
EXTENSITY



O Extensity – Sistemas de Gestão Ambiental e de Sustentabilidade na Agricultura Extensiva consiste num projecto para promover a sustentabilidade na agricultura em Portugal e intervém quer actuando sobre os agricultores e as suas práticas nas explorações agrícolas, quer actuando sobre os consumidores dos produtos desses agricultores. No entanto, um dos aspectos mais importantes do Extensity é a sua contribuição para a fixação de carbono, através de práticas agrícolas sustentáveis ambientalmente. Esta iniciativa é financiada pelo programa LIFE da Comissão Europeia e é coordenada pelo Instituto Superior Técnico. Tiago Domingos, coordenador do Extensity revela ao Folha Florestal as principais linhas do projecto e o seu enquadramento no actual contexto ambiental.

Qual é o grande objectivo do Extensity?

O objectivo passa por promover uma agricultura sustentável em Portugal. E a sustentabilidade dos agricultores é entendida em dois sentidos. Por um lado, está o facto de as próprias explorações agrícolas terem um melhor desempenho económico, social e ambiental. Por outro lado, tomamos em consideração também aquilo que acontece a montante dessas explorações agrícolas: no fabrico de adu-

bos, no fabrico de rações, etc; e a jusante: o transporte dos produtos, os matadouros, o embalamento e até a própria maneira como as pessoas em casa confeccionam os produtos que compraram a estes agricultores.

É um projecto inovador? Em que medida?

O projecto é inovador em diversos aspectos. O principal, talvez seja a integração de uma intervenção sobre os agricultores e sobre os consumidores. Também é de salientar o facto de nos preocuparmos simultaneamente em melhorar a sustentabilidade destes agricultores e em garantir que eles têm benefícios económicos com o Extensity. No aspecto económico, olhamos não só para a valorização dos produtos comerciais dos agricultores, mas também para os serviços ambientais que prestam. Dentro dos serviços ambientais, eu destaco as questões da fixação de carbono e da biodiversidade.

O Extensity compreende aspectos ambientais, sociais e económicos. O objectivo será conseguir que todos estes aspectos estejam sincronizados. Mas é correcto afirmar que o Extensity nasce sobretudo devido aos aspectos ambientais?

É correcto afirmar que o ambiente foi o ponto de partida. De facto, a primeira preocupação foi otimizar o desempenho ambiental das explorações agrícolas. Mas não é correcto afirmar que, actualmente, as questões ambientais são mais importantes do que as questões económicas e sociais do projecto. O objectivo do Extensity é garantir um equilíbrio correcto. Voltando às questões ambientais, é uma premissa essencial do projecto que nós nunca propomos aos agricultores práticas



mais amigas do ambiente, caso não proporcionemos simultaneamente os meios para que essas práticas sejam economicamente viáveis.

Pode fazer uma pequena exposição de algumas das práticas recomendadas?

As duas principais práticas recomendadas são a sementeira directa e as pastagens biodiversas. Estas duas práticas têm em comum o facto de contribuírem para resolver aquilo que nós consideramos o principal problema ambiental da agricultura portuguesa, que é a protecção do solo. A variável mais importante para garantir a protecção do solo é aumentar o teor de matéria orgânica. Portanto, acima de tudo, o que fazemos é aumentar a matéria orgânica do solo.

No caso da sementeira directa, a maneira como produz o aumento da matéria orgânica do solo é fazendo sementeiras sem nenhum tipo de mobilização do solo. A única coisa que acontece é um semeador fazer um risco na ter-

ra, onde insere a semente e o adubo. Dessa forma evita-se expor a matéria orgânica do solo à degradação.

As pastagens biodiversas são um sistema ainda mais sofisticado do que isso. São pastagens que são semeadas com misturas que podem ter até vinte espécies ou variedades diferentes; são pastagens que por serem permanentes garantem, mais uma vez, que não se mexe no solo; e além disso, como são pastagens muito produtivas, vão garantir uma grande produção de biomassa todos os anos. Uma parte dessa biomassa é consumida pelos animais, mas outra parte fica no solo e, como tal, vai contribuir para o aumento de matéria orgânica.

O projecto Extensity dirige-se primordialmente a explorações orientadas para a produção animal baseada em pastagens, complementada com culturas arvenses de sequeiro e regadio, olival, montado e floresta. Os produtores são apoiados para aderirem à biodiversidade nas suas explo-

rações?

Neste momento ainda não são directamente apoiados. Nós, obviamente, encorajamos os agricultores a terem práticas que são amigas da biodiversidade e temos estado activamente a procurar formas para que os agricultores obtenham benefícios por isso.

Como é natural, a partir de agora – 2007 – logo que estejam postos em prática os fundos comunitários, os agricultores poderão ter apoio para práticas amigas da biodiversidade, se estiverem inseridos na área de uma das Intervenções Territoriais Integradas. Porém, algo em que o projecto Extensity irá apostar muito em 2007 é num programa que vai ser promovido pela presidência portuguesa da União Europeia, um programa designado *Biodiversity and Business*. O que este programa pretende fazer é promover uma ligação entre empresas de qualquer sector – bancos, papelarias, produtores de electricidade, entre várias outras – e fazer com que essas empresas paguem por serviços de



protecção da biodiversidade. O nosso objectivo é que os agricultores aderentes ao Extensity fiquem ao abrigo de contratos com empresas de vários sectores, que os remunerem pelas práticas amigas da biodiversidade.

Que vantagens oferece a silvopastorícia à sustentabilidade das explorações? Está presente na maioria das explorações inseridas no projecto Extensity?

Está extremamente presente. Os 50 agricultores actualmente aderentes ao Extensity ocupam 60 mil hectares e, desses, cerca de 40 mil hectares são montados, que é o sistema silvopastoril por excelência. De facto, num montado, o tipo de práticas que o Extensity preconiza são as mais importantes. O montado é um sistema onde é muito interessante conjugar a produção florestal, como a cortiça, com uma produção animal feita em sobcoberto. Ora, se essa produção animal for feita com recurso ao sistema de pastagens biodiversas, nós garantimos que não há invasão de matos no montado, e que assim o montado fica protegido contra o fogo. Garantimos simultaneamente o aumento da fertilidade do solo, que está identificado com sendo a componente mais importante para a saúde dos sobreiros e das azinheiras.

A fixação de carbono é um dos aspectos mais importantes no Extensity. Está comprovado que é possível contribuir significativamente para o cumprimento do Protocolo de Quioto através da adopção de determinadas práticas agrícolas?

Sim, está comprovado no sentido em que existem resultados de investigação científica que nos mostram que, quer a técnica da sementeira directa, quer a técnica das pastagens biodiversas, levam a aumentos significativos de matéria orgânica. Como mais de 50% dessa matéria é constituída por carbono, se eu tenho mais matéria orgânica no solo, tenho mais carbono no solo e, desse modo, tenho menos dióxido de carbono na



atmosfera.

Alguns números avançados pelo Extensity referem que é possível, só com pastagens, sequestrar 1,3 megatoneladas de dióxido de carbono por ano, ou seja, 35 por cento do défice português. Confirma estes números?

Confirmando os números enquanto cenário que consideramos plausível. Não é a situação actual. Neste momento, a contribuição ainda é pequena. Mas pensamos ser possível que até 2012 sejam semeados 300 mil hectares de pastagens biodiversas. Para dar uma referência, em Portugal, só de área de montado de sobreiro e de azinheira existem 1,1 milhões de hectares; portanto, 300 mil hectares é, nitidamente, uma meta atingível em termos de área.

Nós temos resultados que nos dizem que estas pastagens podem, por cada hectare, fixar 5 toneladas de dióxido de carbono. Fazendo as contas: 5 toneladas de dióxido de carbono vezes 300

mil hectares faz 1,5 milhões de toneladas por ano, que é, de facto, mais do que um terço do défice previsto para Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto.

Portugal e a Dinamarca foram os únicos países europeus a escolherem a gestão dos três sumidouros de carbono opcionais (gestão agrícola, pastagens e florestal). Desse modo, estão reunidas as condições para produtores agrícolas e florestais serem remunerados pelo Fundo de Carbono em virtude do seu contributo para se atingirem as metas do Protocolo de Quioto?

Estão reunidas as primeiras condições. Se Portugal não tivesse escolhido os sumidouros opcionais de gestão agrícola e de pastagens, fosse qual fosse a fixação de carbono que os agricultores portugueses fizessem até 2012, essa fixação de carbono não traria benefício nenhum para Portugal e, como tal, não havia razão nenhuma para que o governo português, através do

Fundo de Carbono, pagasse para essa fixação. Esse foi o primeiro passo: garantir a escolha por Portugal desses dois sumidouros. O passo seguinte, que vai ser dado durante 2007, é estabelecer uma proposta ao Fundo de Carbono, para que os agricultores aderentes ao Extensity estabeleçam um contrato com o Fundo de Carbono, para que sejam remunerados pela fixação de carbono. É, no entanto, importante salientar já uma questão que é: a escolha dos sumidouros agrícolas e de pastagens teve já consequências noutra área, em termos de apoios aos agricultores, que é ao nível dos fundos comunitários na agricultura. Isto é, devido à opção por estes sumidouros, os agricultores que façam pastagens biodiversas e sementeira directa vão ter acesso a apoios mais elevados no âmbito das chamadas medidas agro-ambientais, que são fundos comunitários para a agricultura. Portanto, esse benefício existe já, o que nós queremos é que os agricultores tenham

o benefício adicional de serem remunerados pelo Fundo de Carbono.

Com a possibilidade de, através do Fundo de Carbono, ser possível desenvolverem-se projectos também no estrangeiro, existe o perigo de haver menos fundos para os projectos que são feitos em Portugal?

O que se passa é que Portugal ainda tem uma necessidade significativa de compensação de excesso de emissões de CO₂ e, em virtude disso, haverá sempre gastos do Fundo de Carbono no estrangeiro e, nomeadamente, em países de língua oficial portuguesa, com projectos de sequestro de carbono. Porém, esses projectos ainda não estão iniciados e Portugal já vai atrasado para iniciar esse tipo de projectos. Por isso, penso que haverá um espaço significativo para apoios a projectos de fixação de carbono em Portugal, como as pastagens biodiversas e a sementeira directa.

O Secretário de Estado do Ambiente, em diversas oca-





siões, afirmou publicamente que acha extremamente importante que o dinheiro seja gasto em Portugal e em detrimento do estrangeiro, até porque se investe em sistemas que, não só têm benefícios ao nível da questão do carbono, mas também têm muitos outros em termos ambientais.

Existem empresas privadas, como a EDP, a apostarem em explorações agro-florestais devido à sua importância como sumidouros de carbono. Acredita que essa situação se irá generalizar no futuro?

Sim. É de esperar que, cada vez mais, as empresas paguem a outras entidades para fazerem a compensação dos seus impactos ambientais. Em primeiro lugar, está o carbono, claramente. Em vários países existe já uma expansão neste domínio. Aliás, em países da América Latina, actualmente, fazem-se grandes investimentos em plantações de floresta para fazer fixação de carbono. Contudo, penso que essa situação se irá generalizar não só no caso do carbono, mas também em outros serviços, dos quais o mais emblemático é a biodiversidade. É uma grande aposta para o futuro.

Os agricultores vão continuar, obviamente, a produzir alimentos, que devem ser cada vez de melhor qualidade e ter maior segurança alimentar. Mas os agricultores vão-se tornar entidades produtoras de serviços ambientais. Em particular, se considerarmos as condições de Portugal, que comparado com países do norte da Europa tem uma vantagem competitiva na produção de serviços ambientais. Os agricultores portugueses são pouco produtivos a produzirem alimento – por exemplo, produzem poucos quilogramas de carne de vitela por hectare –, mas podem produzir muitos serviços ambientais por hectare. É possível, em Portugal, num hectare, ter um número de espécies e um contributo para a biodiversidade muito superiores aos do norte da Europa.

Em jeito de comentário final, já é possível fazer-se uma



análise global ao que têm sido os resultados do Extensity no nosso país? Quais são as grandes metas do projecto?

É possível fazer alguma análise. Mas, os projectos, principalmente na área agrícola, demoram a implementar-se. Ainda falta algum tempo para o fim e é no período final que os desenvolvimentos acontecem mais rapidamente. De qualquer modo, penso que o projecto

deu já contributos muito importantes, que fui referindo nesta entrevista. Como exemplos temos a questão do carbono e a definição de uma norma alternativa à agricultura biológica, portanto a sustentabilidade garantida – claro que, nessa área falta ainda todo o trabalho de colocar os produtos no mercado e de ver se têm aceitação pelos consumidores.

O Extensity deu um

contributo importantíssimo, que ainda não referimos aqui, que é a montagem de um sistema de informação centralizado. O sistema é utilizado simultaneamente pelos agricultores, pela equipa técnica do projecto e pelas entidades certificadoras. Esse é um instrumento único em Portugal – e arrisco dizer – na Europa. E é a existência deste sistema, juntamente com as outras componentes que eu referi,

que nos permitem perspectivar uma forte expansão do Extensity nos próximos anos, perdurando para além do fim do funcionamento do Programa Life. Estamos numa situação em que temos a ambição de, nos próximos anos, passarmos dos 50 agricultores que temos hoje para uma escala dos milhares de agricultores; e dos 60 mil hectares aderentes actuais para uma escala de várias centenas de milhares de hectares.





A Floresta e a sua Biodiversidade

A Floresta é uma fonte importantíssima de biodiversidade, que deve ser gerida de forma sustentável, tendo em atenção as suas funções ambientais, económicas e sociais.

